



A interpretação da Bíblia no Catecismo da Igreja Católica nos trinta anos de sua publicação

The Bible's interpretation in the catechism of catholic church over thirty years of it's publication

*Vicente Artuso**

PUC/PR – CLARETIANO

Recebido em: 13/02/2023. Aceito em: 21/02/2023.

Resumo: O Catecismo da Igreja Católica é base para a catequese junto com a Escritura. Percebe-se o avanço da reflexão teológica e a necessidade de aprofundamento e atualização de certos temas com uma interpretação mais adequada de certos textos bíblicos. O objetivo é avaliar o uso da Escritura e alguns temas que sofreram alterações durante os trinta anos do catecismo. São analisados especialmente: o tema do ministério dos leigos com inclusão das mulheres e o tema da defesa da vida com a abolição da pena de morte. O critério determinante do uso da Escritura é Teológico: “A Bíblia é Palavra de Deus” e, no entanto “a Palavra de Deus não se exaure na Escritura Sagrada, pois é Palavra viva”. O estudo mostra que esta afirmação é fundamental para entender por que o catecismo deve ser atualizado para servir de base para a catequese em diferentes países. A contribuição do artigo é explicar as alterações e atualizações já realizadas, e avaliar o uso e interpretação da Escritura entendida como “Palavra de Deus” no catecismo.

Palavras-chaves: Catecismo; interpretação; Escritura.

* Doutor em Teologia Bíblica (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RIO, Rio de Janeiro, RJ, 2007). Mestre em Exegese Bíblica (Pontifício Instituto Bíblico de Roma, PIB, Roma, 1990). Graduação em Filosofia (Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, RS, 1999). Graduação em Bacharelado em Teologia (Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, CES, 1979). Professor Adjunto II no Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR. Professor na Graduação em Teologia no Studium Theologicum Claretiano de Curitiba.

E-mail: vicenteartuso@gmail.com.



Abstract: *The Catechism of the Catholic Church is the basis for catechesis together with Scripture. One can see the advancement of theological reflection and the need to deepen and update some themes with a more suitable interpretation. The goal is to adjust the use of Scripture and some themes that have changed over thirty years of the catechism. The following themes are particularly analyzed: The theme of the lay's ministry with the inclusion of women as well the theme of life's defense with the cancel of life's penalty. The determining criterion for the use of Scripture is theological: "The Bible is the Word of God" and nonetheless "the Word of God is not exhausted in the Sacred Scripture, for it is a "living Word". The study shows that this statement is fundamental to understand why the catechism must be updated to serve as a basis for catechesis in different countries. The contribution of the article is to explain the changes and updates already made, and to evaluate the use and interpretation of Scripture understood in the catechism as "Word of God".*

Keywords: *Catechism; interpretation; Scripture.*

Introdução

Em 2022, celebrou-se trinta anos do Catecismo da Igreja Católica. A Comissão Bíblico Catequética da CNBB realizou um Simpósio aprofundando algumas temáticas. Foram retomados temas tratados no Congresso Teológico da PUCPR em 2012 por ocasião dos vinte anos do Catecismo¹. O presente artigo sobre a Interpretação da Bíblia no Catecismo aprofunda o tema da relação da Bíblia e o Catecismo, tratado naquele congresso² e apresentado no simpósio em 2022 sobre o catecismo.

Mais precisamente será analisada a interpretação da Escritura no Catecismo em vista de dar sustentação a doutrina católica. Não se trata de fazer um juízo detalhado, mas comentar alguns temas do catecismo que foram complementados de acordo com o contexto da catequese. Os temas principais foram: a doutrina do Deus único, a questão do poder da chave (Mt 16), a questão de gênero nos ministério das mulheres, a questão da possibilidade da pena de morte e sua abolição. O objetivo então é fazer uma apreciação da fundamentação bíblica desses temas e avaliar as alterações do Catecismo. Uma vez que textos bíblicos possuem uma reserva de sentido de acordo com o contexto, os textos citados no catecismo respondem a um objetivo teológico. Por outro lado se evidencia

¹ CNBB. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/congresso-celebra-20-anos-do-catecismo-no-brasil-e-o-ano-da-fe/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

² ARTUSO, Vicente. A Bíblia e o Catecismo da Igreja Católica. In: FERREIRA, Antonio Luiz Catelan (org.). *Os 20 anos do Catecismo da Igreja Católica e o Ano da Fé*. Brasília: Edições CNBB, 2013.



também que o seu sentido não se esgota no seu uso para dar sustentação a uma verdade de fé. Sabe-se que a Igreja acolhe com critério todos os métodos e abordagens de interpretação com seus aspectos positivos e seus limites. O catecismo adota uma interpretação canônica e com base na Tradição da Igreja. Leva-se em conta na interpretação o conteúdo na unidade da Escritura. O critério determinante é Teológico: “A Bíblia é Palavra de Deus” e, no entanto a Palavra de Deus não se exaure na Escritura Sagrada, porque a Palavra divina é uma realidade viva, atuante e eficaz (Is 55,10-11; Hb 4,12-13).

A Palavra de Deus se manifesta também na criação (Gn 1,3; Sl 33,6-9), na história, na pregação, na vida dos pobres, especialmente no seu Verbo (Diretório Para a Catequese n. 91). Palavra de Deus é como uma sinfonia, um cântico a diversas vozes, se exprime de modos diferentes (VD 7). Sendo assim resulta que a prioridade na catequese é o estudo bíblico ainda que o catecismo continue sendo uma referência segura para o ensino da doutrina católica. Ele deve ser um ponto de referências para outros catecismos regionais (*Fidei Depositum*, n. I e IV). São comentados temas teológicos do catecismo com apoio de intérpretes atuais para alargar a compreensão da doutrina. Atenção é dada às fontes do Catecismo, o uso e interpretação da Bíblia no catecismo, a fé no Deus único, o dogma da Imaculada Conceição de Maria, a questão do poder das chaves, a questão do sacerdócio e ministério das mulheres, e finalmente o tema da defesa da vida.

1 A relação Escritura e Teologia no Catecismo

A história da interpretação da Bíblia mostra como a teologia se distanciou da Escritura, especialmente em algumas controvérsias antigas. Em épocas passadas a Escritura serviu de “*dicta probantia*” para fundamentar uma doutrina³. Hoje, a Igreja aberta a todos os métodos de interpretação da Escritura, pode haurir dessa fonte, uma doutrina bíblica para nosso tempo. Isso se deve ao avanço das ciências bíblicas e da reflexão teológica. A Escritura é considerada a regra máxima, “a Alma da Teologia. Essa afirmação diversas vezes repetida em documentos

³ Um exemplo: BARTMANN, Bernardo. *Teologia Dogmática. Revelação e Fé, Deus, a Criação*. São Paulo: Loyola e Paulinas, 1962. p.307, coloca o dogma da processão do Filho do Pai, a explicação do dogma, as provas da Escritura. Manuais de Cristologia atuais, iniciam em geral com a Escritura, prosseguindo com a doutrina dos padres, os concílios, a reflexão teológica atual, questões abertas.



do magistério⁴ se aplica também em relação ao catecismo. A Sagrada Escritura como Palavra de Deus é alma do catecismo e da prática catequética, como também de toda a vida e atividade pastoral da Igreja. A atividade teológica da Igreja no primeiro milênio do cristianismo era eminentemente bíblica.

No século XII, com Pedro Lombardo começa-se a praticar uma teologia que é menos bíblica. Ao invés da Escritura ser a fundamentação da teologia, textos escolhidos eram usados para dar suporte à dogmática⁵. Além do mais a grande maioria dos cristãos não tinha acesso ao texto completo das Escrituras. A pregação dominical do sacerdote por muito tempo foi quase o único meio, de catequizar o povo com base na Palavra de Deus. Por volta de 1400 na França, em carta sobre a reforma dos estudos teológicos da universidade de Paris, o chanceler Gerson sugeria a elaboração de um resumo da doutrina cristã, destinado a crianças e pessoas simples, que poucas vezes ou nunca ouviam o sermão na Igreja. A intenção inicial era favorecer o acesso do povo à Palavra de Deus. Os catecismos daquela época em geral se baseavam nos opúsculos de S. Tomás de Aquino (escritos em 1256) que versavam sobre o Símbolo, o Pai-Nosso, a Saudação Angélica, o Decálogo e os Sacramentos. Assim o catecismo do Sínodo Provincial de Lavaur em 1368, era uma exposição orgânica dos principais artigos da fé. Ele fora elaborado em base nos opúsculos de S. Tomás.

Num contexto de grande ignorância da fé cristã surgiram também os catecismos de Martinho Lutero. Ele escreveu ao apresentar seu catecismo (*Deutsch Katechismus*) em 1529: “Essa obra é um breve compêndio e sumário da Sagrada Escritura toda” (Livro de Concórdia p. 390). Compreende-se o motivo do tom fortemente parenético devido ao contexto de grande ignorância da doutrina cristã: “inculcamos o catecismo e queremos e solicitamos que seja inculcado” (Livro de Concórdia p. 387). Esta expressão é inspirada na exortação do Deuteronômio sobre o ensino dos mandamentos (Dt 6,7-8) (Livro de Concórdia, p. 389)⁶.

⁴ A expressão “*A Escritura é alma da teologia*”, pelo que consta, foi usada pela primeira vez em 1687 na *Ratio Studiorum* dos Jesuítas por ocasião da 13 Congregação Geral da Companhia de Jesus. Foi assumida pelo Magistério por Leão XIII, *Providentissimus Deus*; Bento XV, *Spiritus Paraclitus*; Vaticano II, *Dei Verbum* 24, *Optatam Totius* 16; JOÃO PAULO II, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, p.133; *Catecismo da Igreja Católica*, n.131; BENTO XVI, *Verbum Domini* 31

⁵ Cf. HASEL, G. *Teologia do Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Academia Cristã, p. 33.

⁶ LIVRO de Concórdia. *As confissões da Igreja Evangélica Luterana*. Tradução de Arnaldo Schüller. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Editora Concórdia, 1980.



Nesse contexto da Reforma, surgia também o Catecismo Romano de 1566, também chamado catecismo de S. Pio V. O catecismo publicado em 1992 pelo Papa João Paulo II inclui coisas novas e velhas (cf. Mt 13,52), pois a fé transmitida é sempre a mesma e se torna fonte de luz para enfrentar desafios atuais. Na sua estrutura retoma a antiga ordem do Catecismo Romano: o credo, a liturgia, os sacramentos, os mandamentos, a oração. Porém acrescenta o Papa João Paulo II: “o conteúdo é expresso de modo novo, para responder as interrogações de nossa época” (Constituição Apostólica *Fidei Depositum*).

Nosso estudo apresenta alguns aspectos do uso e interpretação das Escrituras no catecismo. A Palavra de Deus que é viva e eficaz tem sempre uma “reserva de sentido”. Daí a riqueza inesgotável da Escritura, de textos retomados da tradição em vista de oferecer um sentido mais “pleno”. Assim percebe-se que a tradição viva da Igreja, se manteve fiel ao depósito da fé e aberta aos desafios de cada época. A contribuição desse catecismo pretende tornar mais concretos os objetivos do Vaticano II, de ir às fontes da Escritura e da Tradição e atualizar a mensagem cristã para a Igreja de hoje.

2 Fontes do Catecismo: Escritura, Liturgia, Tradição, Magistério

Sagrada Escritura, Tradição, Liturgia e Magistério, em estreita ligação entre si são as fontes do catecismo. A Escritura é interpretada e compreendida como Palavra de Deus, inseparável da Sagrada Tradição e do Magistério. A Sagrada Escritura é Palavra de Deus enquanto é redigida sob moção do Espírito Santo (CIgC⁷, 81-82 e DV 9), e isso aconteceu no contexto eclesial. A Sagrada Tradição transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus confiada por Cristo. Ambas constituem um só sagrado depósito da Palavra confiada a Igreja. A Escritura deve ser lida com o mesmo espírito com que os autores inspirados escreveram (DV 10). Portanto com atenção no seu sentido literal. Na transmissão da Palavra cresce o seu sentido nos leitores, pela ação do Espírito Santo. São esses os critérios de interpretação e o entendimento

As páginas são referentes aos textos dos catecismos de Lutero nesse livro; Sobre a interpretação da Bíblia nos catecismos de Lutero, nosso artigo: ARTUSO, Vicente; KLEIN, Carlos Jeremias. *Os catecismos de Lutero e o uso da Escritura*. Horizonte, 2017. v. 15.

⁷ CIgC – Catecismo da Igreja Católica. A sigla é usada em todo texto.



do Catecismo, fundados na doutrina do Vaticano II. Deve-se acrescentar também a liturgia como lugar onde a Palavra é proclamada e a comunidade celebra o que crê (*lex orandi, lex credendi*). A fé se exprime no rito. Por isso tanto a origem da Escritura como livro canônico e sua interpretação não estão separadas da vida da Igreja, que proclama a palavra e alimenta a fé crescente no encontro com a graça⁸.

O Catecismo retomou o ensinamento do Concílio Vaticano II em relação à Escritura na *Dei Verbum* (documento citado 77 vezes). Tratou da revelação, seu conteúdo e a resposta do ser humano pela fé na seção intitulada: “Eu creio”, “Nós cremos”. Para crer em Deus, o catecismo começa com a realidade do ser humano capaz de Deus (CIgC. 27-31). “O desejo de Deus está inscrito no coração do homem, já que o homem é criado por Deus e para Deus” (CIgC. 27). Fala das vias de acesso ao conhecimento de Deus (CIgC-31-35). Dedicava longo espaço à revelação de Deus na história do povo (CIgC. 51-73), à transmissão da revelação (CIgC. 74-100), a Sagrada Escritura (CIgC. 101-141), a resposta pessoal pela fé (CIgC. 142-165) e resposta comunitária: “nós cremos” (CIgC. 166-183). Fecha esta parte com os textos completos do símbolo apostólico e do símbolo de Nicéia (CIgC. 184).

Esta longa primeira seção introduz o tratado do símbolo apostólico e aborda sobre o valor da Escritura na vida da Igreja. João Paulo II mostra a preocupação com a fundamentação bíblica da doutrina católica como também da experiência da fé. Com efeito, a Salvação acontece no âmbito da fé conteúdo das verdades (*fides quae*) para a fé professada e vivida (*fides qua*). O Catecismo Romano de São Pio V iniciava, com um proêmio sobre a fé e conhecimento de Deus, e também com preocupação apologética. Toda a doutrina está contida na Palavra de Deus. Esta, diz o catecismo, reparte-se em Escritura e Tradição⁹. Segue com o tratado do símbolo dos apóstolos diretamente com a explicação sobre a fé, sua necessidade, seus graus, sem tratar da Revelação Divina e da Sagrada Escritura como faz o Novo Catecismo (CIgC artigos 2 e 3). O próprio termo “*revelação*” estava ausente nos escritos do concílio de Trento, que preferia “*doutrina*”.

⁸ BENTO XVI, Exortação apostólica *Sacramentum Caritatis sobre a Eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2007. n. 6; PERON, Edmar. A celebração do mistério cristão: Ambiente natural da fé cristã. In: FERREIRA, Antonio Luiz Catelan. *Os vinte anos do catecismo da Igreja Católica e o Ano da fé*. Brasília: Edições CNBB, 2013. p. 585.

⁹ Cf. CATECISMO Romano. Petrópolis: Vozes, 1962. Proêmio: 1; 5; 12-13.



3 O ensinamento do Catecismo sobre a Sagrada Escritura

O catecismo retoma os ensinamentos e exortações da *Dei Verbum*. Acentua a autoridade da Escritura, como Palavra de Deus ao fazer a analogia da Palavra escrita com a encarnação do Verbo: “As palavras de Deus, expressas em línguas humanas, fizeram-se semelhantes à linguagem humana, tal como outrora o Verbo do Pai, tendo assumido a carne da fraqueza humana, se fez semelhante aos homens” (CIgC. 101, DV 13). Através das palavras da Sagrada Escritura, Deus pronuncia uma só Palavra, seu Verbo único (Hb 1,1-3). Aqui o catecismo traça o método de interpretação de toda Bíblia à luz de Cristo: “Para que as Escrituras não permaneçam letra morta, é preciso que Cristo, palavra eterna de Deus vivo, pelo Espírito Santo nos “abra o espírito a compreensão das Escrituras” (Lc 24,45) (CIgC. 108).

A exortação *Verbum Domini* retoma o tema da encarnação da Palavra em Cristo: “Mais do que “religião do Livro”, o cristianismo é religião da Palavra viva de Deus, não de uma palavra muda, mas do Verbo encarnado vivo”, citando Bernardo de Claraval. Por isso a Escritura deve ser proclamada, escutada, lida e acolhida como Palavra de Deus (VD 7; DV 10).

A visão do Catecismo em relação à Escritura é histórica na linha da história da Salvação, pois “a economia do Antigo Testamento estava ordenada para preparar a vinda de Cristo” (CIgC. 122). Trata-se de uma interpretação teológica da Bíblia. “Na Escritura a Igreja encontra seu alimento e força, pois nela não acolhe somente a palavra humana e sim o que ela é, “Palavra de Deus” (CIgC. 104). Deus é o autor da Sagrada Escritura porque foi escrita sob inspiração do Espírito Santo (CIgC. 105-106). Foi escrita por autores humanos, e nela Deus fala ao homem à maneira dos homens (CIgC. 109). Nesse sentido para interpretá-la corretamente, isto é descobrir a intenção dos autores sagrados, deve-se levar em conta as condições da época, da cultura e os gêneros literários (CIgC. 109). A Escritura deve ser lida e interpretada naquele mesmo Espírito em que foi escrita (CIgC. 111 DV 12,2-3). Os critérios essenciais para uma interpretação da Escritura conforme o Espírito que inspira é:

- a) Prestar atenção ao conteúdo e unidade da Escritura inteira, por causa da unidade em Cristo como o seu centro;



- b) Ler a Escritura dentro da Tradição viva da Igreja. A Sagrada Escritura está escrita mais no coração da Igreja do que nos instrumentos materiais. É o Espírito Santo que lhe dá a interpretação Espiritual (CIgC. n.113).
- c) Estar atentos a analogia da fé (cf. Rm 12,6). Por analogia da fé se entende a coesão das verdades da fé entre si e com plano da salvação revelado na sua plenitude em Cristo.

O catecismo distingue o sentido literal e espiritual da Escritura. O sentido espiritual é subdividido em sentido alegórico, moral e anagógico. A concordância entre os quatro sentidos garante a riqueza à leitura da Escritura na Igreja. Um dístico medieval resume a significação dos quatro sentidos: “*Littera gesta docet, quid credas alegoria, moralis quid agas, quo tendas anagogia*”. (A letra ensina os fatos, a alegoria o que se deve crer, a moral o que se deve fazer, a anagogia para onde se deve caminhar) (CIgC.115-118). A interpretação tipológica é destacada pois mediante a tipologia se pode discernir o que na Antiga Aliança é prefiguração daquilo que Deus realizou na plenitude dos tempos na pessoa do Verbo encarnado (CIgC. 128). Os cristãos fazem a leitura do AT a luz de Cristo morto e ressuscitado. Por isso a leitura tipológica manifesta o conteúdo inesgotável do Antigo Testamento (CIgC 129). Assim os dois Testamentos têm o seu próprio valor na unidade do plano de Deus: *Novum in Vetere latet et in Novo Vetus patet* (“O Novo Testamento está escondido no Antigo ao passo que o Antigo é desvendado no Novo” Agostinho de Hipona). Esse é o critério usado para fundamentar os artigos de fé no catecismo.

Naturalmente as relações entre *cânon* judaico e o *cânon* cristão suscitam problemas de interpretação. Um deles é o risco de esvaziar o Antigo Testamento de sua substância. A aplicação do método alegórico tem seus pontos críticos, por não considerar o contexto da perícopa¹⁰, ou mesmo o objetivo do próprio livro bíblico. Orígenes e Gregório de Nissa, por exemplo, oferecem modelos de interpretação alegórica, especialmente do Cântico dos Cânticos, um cântico do puro amor humano. Eles interpretam “o amado” como Cristo, e “a amada”, a Igreja. O método alegórico de interpretação que se encontra no interior

¹⁰ PONTIFÍCIA COMISSÃO BIBLICA. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1994. p. 60. Na p. 119 o documento valoriza a exegese alegórica. Menciona porém que “a exegese patrística (alegórica e tipológica) corre o risco de desorientar o homem moderno”. Não explica qual é o risco.



da própria Bíblia (Ez 37,1-11; Os 2,4-10. 18-21; Rm 5,12-19; 1Cor 10,1-6) tem seus méritos. Porém não pode ser aplicado por exemplo nos textos legislativos do Pentateuco ou no livro do Apocalipse do Novo Testamento¹¹.

O catecismo reafirma a autoridade da Escritura, como texto inspirado e canônico conforme foi decretado no Concílio de Trento (DS 179; 1334-1336; CIgC.120). Fala do poder e eficácia da Palavra que é sustentáculo da Igreja. Sugere também o acesso à Escritura aberto a todos os fiéis (CIgC. 131, DV 22). Exorta os fiéis para o estudo das “*Sagradas Páginas*”, bem como a *Lectio Divina* para aprender a eminente ciência de Jesus Cristo. Segundo São Jerônimo “Ignorar as Escrituras é ignorar Cristo” (CIgC. 132-133; DV 25). No entanto, no contexto da Igreja no Brasil, o incremento da “*Lectio Divina*” na catequese ofuscou a leitura profética da Bíblia realizada nos grupos bíblicos de reflexão. Nesses encontros acentua-se a ligação Palavra e Vida em vista da transformação da realidade e não somente para a conversão pessoal.

4 Uso e interpretação da Escritura no Catecismo

A Igreja sempre rechaçou a ideia de rejeitar o Antigo Testamento, pois ele é verdadeira Palavra de Deus (CIgC. 123). No catecismo atual houve significativa valorização do Antigo Testamento em relação ao Catecismo Romano, com menor número de citações. O leitor encontra no catecismo textos bíblicos escritos em letra menor para indicar que se trata de observações de tipo histórico, apologético, ou de exposições doutrinárias complementares (CIgC. 20). Há referências bíblicas sem citar textos, citações indiretas, citações não explícitas e que aparecem em documentos usados no catecismo, textos interpretados livremente e não citados, apenas com comentários. Percebem-se formas de interpretação e hermenêutica fortemente influenciadas pela tradição. Isso se deve ao princípio que Escritura e Tradição constituem um só sagrado depósito da Palavra de Deus (DV 10). Navarro destaca que o catecismo está penetrado do começo ao fim pela Sagrada Escritura. Comenta o uso da Escritura na profissão de fé, a Escritura na vida em Cristo, a Escritura e a oração cristã, a Escritura e a beleza da arte cristã¹².

¹¹ Cf. FITZMEYER. *Escritura a Alma da Teologia*. São Paulo: Loyola, 1997. p. 89.

¹² NAVARRO, Luis Sanchez. *La Escritura y el compendio del Catecismo de la Iglesia Católica. Teología y Catequesis*. Facultad de Teología San Damaso, Madrid, 2006, n. 99, p. 11-24.



4.1 As citações bíblicas no Catecismo¹³

Livros	Citações	Citações Cf.	Repetição citações (três v.+)	Total
Gn	58	127	14	
Ex	40	49	6	
Lv	4	9		
Nm	2	8		
Dt	27	40	4	
Js	1	1		
Jz		3		
1Sm	2	8		
2Sm	1	7		
1Rs	15			
2Rs		1		
1Cr		1		
2Cr		1		
Esd		1		
Ne		2		
Tb	1	10		
Jt		1		
Est		1		
2Mc	6	4		
Jó	3	6		
Sl	46	83		
Pr	5	8		
Ecl	2	1		
Ct	2	3		
Sb	19	15	1	
Eclo	11	11		
Is	17	84	5	
Jr	5	27	2	
Lm	1			
Br		1		
Ez	1	21		
Dn	1	7		
Os	1	15		
Jl		4		
Am	2	6		

¹³ Tabela como se encontra em ARTUSO, Vicente. *A Bíblia e o Catecismo da Igreja Católica*, p. 136-138.



Jn		3		
Mq		2		
Sf	2	5		
Zc	1	9		
Ml	1	7		
Mt	175	336	41	
Mc	48	161	8	
Lc	108	286	27	
Jo	173	313	56	
At	59	142		
Rm	107	130		
1Cor	87	133		
2Cor	36	33		
Gl	29	51		
Ef	62	86		
Fl	21	35		
Cl	30	36		
1Ts	10	20		
Tt	7	7		
Fm	1			
Hb	59	81		
Tg	17	19		
1Pd	22	31		
2Pd	6	9		
1Jo	36	47		
2Jo		2		
3Jo		1		
Jd		2		
Ap	44	69		

Observações:

1. Não são citados os livros de Abdias, Ageu, Nahum, Habacuc, Rute, e Primeiro Macabeus.
2. O Antigo Testamento foi citado 276 vezes com citações diretas e 573 vezes com citações a conferir (cf.), totalizando 846 citações incluídas também aquelas repetidas. O que é pouco dada a extensão do Antigo Testamento (46 livros e 1.152 capítulos).
3. O Novo Testamento teve 1.148 citações diretas e 2.030 citações a conferir (cf.) totalizando 3.178 citações, incluindo aquelas repetidas.



4. Os livros proféticos são citados 32 vezes diretamente. Dentre essas citações 17 são de Isaías. Do total de 181 citações a conferir dos profetas, 84 são de Isaías.
5. As citações se concentram em determinadas temáticas teológicas. Alguns exemplos: De Gn 1-3, temos 61 citações, e 11 citações repetidas mais de três vezes. O que destaca o tema da criação, queda, e promessa. Sobre o tema do Servo, apenas de Isaías 53, aparecem 19 citações. Is 53,11 é citado 5 vezes. Is 61,1-5 é citado 10 vezes. O tema da vida no Espírito de Ez 36,20-28 é citado 8 vezes. Do Novo Testamento o Catecismo apresenta 67 citações de Mt 5, na temática das bem-aventuranças. Aparecem 74 citações de Mt 6-7. O prólogo de João é citado 47 vezes, com destaque no tema da encarnação do Verbo.
6. Os livros mais utilizados do AT são o Gênesis, Êxodo, Deuteronômio, Isaías, Salmos. Todos estes totalizam 188 citações diretas e 383 a conferir. Sobre o total de 846 citações do Antigo Testamento, é uma porcentagem alta. Por outro lado os livros históricos, da história deuteronomista (Js, Jz, 1 e 2Sm, 1 e 2Rs) e da obra do cronista (Esd, Ne, 1 e 2Cr) estão ausentes. Os textos discursivos, legislativos e os Salmos se prestam melhor para fundamentar a fé (Creio), a prática (Mandamentos), e a oração (Pai Nosso).

A Dei Verbum reforça que as Escrituras devem ser lidas no mesmo espírito com que foram escritas pelos autores sagrados. Portanto descobrir o sentido literal é encontrar também o sentido espiritual. No entanto a tradição teve forte influência e muitas vezes a Escritura foi interpretada a luz do dogma como se verá, especialmente nos dogmas marianos. Sabe-se que alguns dogmas para serem aprovados na época, não se requeria a fundamentação explícita na Escritura, bastava alguma referência implícita. Em nosso tempo há uma volta às fontes da Escritura. A Escritura é norma suprema, portanto está acima da Tradição. Entendemos aqui que as tradições podem ser uma extensão da compreensão da Escritura, conforme o concílio de Trento e o Vaticano II. Elas podem mudar uma vez que a doutrina tradicional em alguns aspectos evolui, porém sempre regida pela Palavra de Deus, guardada e interpretada pelo magistério.



4.2 Objetivo fundamental do Catecismo: Iniciação à vida cristã

O ser humano foi criado para conhecer e amar a Deus (CIgC. 1). O catecismo fala sobre a bondade de Deus, sua gratuidade. Ele criou o ser humano para participar da sua vida. Deus está perto do ser humano. Ele chama-o, ajuda-o a procurá-lo, a conhecê-lo, a amá-lo com todas as suas forças. Há aqui uma dimensão profundamente existencial da catequese, que favorece o encontro com Cristo. A catequese é esforço na Igreja para fazer discípulos, ajudar todos a crer que Jesus é o Filho de Deus para possuir a vida em seu nome (CIgC. 4). Ela compreende um ensino da doutrina cristã dado de maneira orgânica e sistemática com o fim de iniciá-los na plenitude da vida cristã (CIgC. 5). A preocupação do catecismo, citando *Catechesi Tradendae* é ligar a doutrina com a vida do ser humano e conduzi-lo na experiência de Deus. A Palavra “iniciação” diz respeito a introdução gradativa da pessoa no conhecimento e experiência da vida cristã.

No tratado dos sacramentos o catecismo considera o batismo, confirmação e eucaristia, sacramentos da iniciação cristã (CIgC. 1.212). Portanto o objetivo da catequese não é apenas atingir grande extensão geográfica e numérica de fiéis. Ela visa o crescimento interior da igreja, sua correspondência ao desígnio de Deus (CIgC. 7). Do ponto de vista doutrinal o Catecismo destina-se a servir “como um ponto de referência para os catecismos ou compêndios que são elaborados nos diversos países” (Sínodo dos Bispos de 1985, Relatório final II, Ba 4). Cabe aos catecismos apropriados de cada região fazer as adaptações e adotar um método catequético.

5 Alguns temas do Catecismo e sua fundamentação

5.1 A fé no Deus Uno e Trino

O primeiro artigo do símbolo apostólico é “Creio em Deus”. Esta afirmação é fundamental, pois dela depende as outras afirmações do creio (CIgC. 199). Porém o símbolo de Nicéia e Constantinopla bem posterior professa a unicidade de Deus: “Creio em um só Deus” (CIgC. 200). O catecismo não explica o processo da formação do dogma do Deus Uno e Trino que foi lenta e se desenvolveu posteriormente. Porém fundamenta a teologia da unicidade de Deus em textos essenciais como



Dt 6,4-5; Mc 12,29; Is 45,22-24. Temos aqui o exemplo típico do uso da Escritura como *dicta probantia* para o dogma, com o uso do texto do Shemá (Dt 6,4-5). Esse texto é muito enfático, justamente porque é do contexto da reforma deuteronomista quando havia vários santuários espalhados por Israel, com o culto a outros Deuses, Baal e mesmo Ashe-ra, uma divindade feminina. A reforma de Josias (622 a.C) impôs uma unidade religiosa no culto ao Deus único centralizado em Jerusalém e acabou com os santuários e cultos a outros Deuses. Portanto a reforma foi imposta num tempo em que a fé monoteísta não existia em todo Israel. Seria então mais adequado o catecismo utilizar textos monoteístas do período pós-exílico (Dt 4,35-39; 32,39; 1Rs 8,60; 2Rs 5,15), quando a fé monoteísta era comum.

Na verdade o monoteísmo hebraico segundo Haroldo Reimer, se dá durante os séculos VI e V aC, entre os anos 597-538, no chamado período do exílio. Devido ao sincretismo religioso, o povo hebreu foi perdendo sua identidade e então, a manutenção e a afirmação da fé em Javé como Deus único se tornaram expressões identitárias (cf. Is 44,6)¹⁴. A partir de então o monoteísmo foi se consolidando. Porém, “como monoteísmo absoluto e excludente ou clássico, firmou-se no período do pós-exílio, com o retorno de parcelas da antiga elite sacerdotal”, explica Reimer¹⁵.

Do ponto de vista da prática catequética não parece tão necessário em nosso tempo, enfatizar a unicidade de Deus, ou o mistério da Trindade imanente. Melhor será destacar a face de Deus, seus atributos de bondade e misericórdia, tal como se revela ao longo da Escritura. É o que melhor o catecismo apresenta.

Mais adiante o catecismo desenvolve a revelação no Antigo Testamento com a revelação do nome em Ex 3,13-15. Destaca que Deus é transcendente (Sl 102,27-28) e o ser humano é pequeno diante dele (Is 6,5). Deus escuta o clamor do povo (cf. Ex 3,5-6). Aquele que é (Ex 3,14) também se apresenta como Deus de ternura e piedade (Ex 34,5-6), Deus verdade (Sl 119,160), Deus amor (1Jo 4,8.16; Os 11,1), e o amor é eterno

¹⁴ REIMER, Haroldo. *Inefável e sem forma*. Estudos sobre o monoteísmo hebraico. Goiânia: Editora UCG (Universidade Católica de Goiás): Oikos, 2009. p. 59.

¹⁵ REIMER, 2009, p. 49; ROMER, Thomas. *A origem de Javé*. O Deus de Israel e seu nome. São Paulo: Paulus, 2016. p. 212-213 e todo o capítulo 12: Do Deus um ao Deus único.



(Is 54,8) (CIgC. 200-221). Enfim aparecem os atributos divinos principais na Sagrada Escritura no Antigo Testamento em cerca de 40 passagens.

No que se refere ao dogma da Santíssima Trindade, o catecismo trata com brevidade a revelação da Trindade na história (Trindade econômica) (CIgC.232-244) enquanto o tratado das relações entre as pessoas divinas (Trindade imanente) é mais longo e fundado na doutrina dos concílios (CIgC.249-260).

A fundamentação bíblico-teológica da Trindade surge a partir de uma leitura da Bíblia lida em perspectiva doutrinária. Segundo Hans-Joachim Sander, “O Antigo Testamento desconhece uma Trindade; o foco em Javé, como essência do Deus uno conflita com ela. Em relação ao Novo Testamento, a Trindade representa um discurso pós-bíblico, mas possui um ponto de cristalização no mandamento do batismo (Mt 28,19). O discurso da Trindade é incentivado também pela concepção paulina do Filho de Deus como *kyrios* e do Espírito Santo como dádiva divina (Rm 5,5), pelas fórmulas cristológicas “*ego eimi*” (eu sou) de João e os ditos do paráclito (Jo 14,26; 15,26; 16,7.13)¹⁶. Este resumo formula os fundamentos da fé na Trindade com base na Bíblia. Parece que sem uma teologia bíblica consistente a afirmação dogmática não se sustenta. Afinal “a autonomia da teologia bíblica e seu método redundam em benefício da dogmática e seu progresso”¹⁷

O catecismo fundamenta a doutrina trinitária com base na teologia bíblica citando 1Cor 12,4-6; 2Cor 13,13; Ef 4,4-6 (CIgC. 249-251) Curiosamente nos textos da formação do dogma trinitário, há apenas referência ao batismo, mas não é citado Mt 28,19, uma fórmula batismal que inclui as três pessoas divinas. Porém o texto aparece no n.232. Ali refere a fórmula batismal trinitária como síntese da fé de todos os cristãos. O texto aparece também na doutrina dos Sacramentos e Mandamentos (CIgC. 189; 232; 1.122).

Além da fundamentação da doutrina trinitária na Escritura e na Tradição, deve-se considerar a práxis litúrgica das comunidades cristãs onde se revela o *sensus fidei*. Este também é considerado lugar teológico importante no processo da formulação do dogma. Dizia S. Boaventura que

¹⁶ SANDER, Hans-Joachim. Trindade. In: BEINERT, Wolfgang; STUBENRAUCH, Bertram. *Novo Léxico da Teologia Dogmática Católica*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 491.

¹⁷ Teologia Bíblica e Dogmática não se contrapõem, segundo Gabler. DE VIRGILIO, Giuseppe. *Teologia bíblica del Nuovo Testamento*. Padova: Edizioni Messaggero, 2016. p. 29.



a fé é a lanterna, para se interpretar a Escritura. A Escritura Cristã afinal nasce e é transmitida no contexto religioso do judaísmo e das primeiras comunidades. Se não havia uma Teologia da Trindade devidamente formulada nos primeiros séculos, ao longo da história irá se consolidar em meio a muitas discussões. Com os Concílios de Nicéia (325) e Constantinopla (381) chegou-se a definir, como consta no símbolo de Atanásio: “*Fides Catholica haec est, ut unum Deum in Trinitate, e Trinitatem in unitate veneremur*”. A fé católica é esta: que veneremos um só Deus na Trindade e a Trindade na unidade (Denz. 39).

Esse dogma, em meio à controvérsias posteriores, foi formulado novamente no IV Concílio Lateranense (Denz. 428; 431). Mais tarde no XI Concílio de Toledo foi examinado com cuidado (Denz. 275-281). Portanto a Igreja é ciente da necessidade da reflexão teológica e aprofundamento dos dogmas. Segundo Sander, em nossos dias “é necessário dar continuidade à discussão sobre a localização da Trindade na imagem singular e monoteísta de Deus, sobre sua localização histórica na relação Deus-mundo e sobre sua contribuição para o diálogo entre as religiões”¹⁸ A fé procura a razão (*fides quaerens intellectum*), porque cremos para compreender em vista de prestar a Deus uma obediência plena mediante a fé operosa na caridade.

5.2 A situação pecadora da humanidade desde as origens

No artigo do símbolo que trata da criação (“Criador do céu e da terra”) aparece um longo parágrafo sobre a queda (CIgC. 385-412) e o pecado original (CIgC. 396). O título acentua a importância da doutrina do pecado original, como uma “verdade essencial”. A exclusão da possibilidade de uma autorredenção humana e, conseqüentemente, o enunciado de uma dependência fundamental da iniciativa divina para a redenção da humanidade, revelada em Jesus Cristo, parece ser a preocupação da doutrina do pecado hereditário de Agostinho, Martinho Lutero e também o Concílio de Trento”¹⁹.

O Catecismo menciona: pecado (CIgC. 386, 388, 279, 401, 1846) pecado original (389; 390; 404; 406; 407; 408; 1250; 1263; 1707) primeiro pecado (397, 401, 1.701), pecado de Adão (403; 404) pecado das

¹⁸ SANDER, 2014, p. 492.

¹⁹ Cf. SCHNEIDER, Theodor. *Manual de dogmática*. v. I. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 206.



origens (387) pecado de nossos primeiros pais (55; 379). Estes são os nomes nos textos sobre a doutrina do pecado original. Sua consequência é caracterizada como “o pecado do mundo” (Jo 1,29) nesse caso os pecados sociais são considerados consequência do mal original. O pecado original como chamamos é um abuso da liberdade (387), desobediência (402-403), o reverso da boa-notícia (389), transgressão da lei de Moisés (401). O pecado é fruto de uma opção livre (390; 392), por isso teve consequências nefastas para a humanidade (398-401) pois inundou o mundo (401). O Concílio de Trento (Decreto sobre o pecado original, cânon 2(DH 1.512), ensina que por meio de Adão, a “morte eterna”, isto é rompimento definitivo com Deus e a perturbação da referência ao mundo natural (“castigos corporais”) foram transmitidas para todo o gênero humano²⁰.

É uma constatação unânime a existência do pecado, seja pecado pessoal, como pecado estrutural, ou pecado social, que dá origem a situações de injustiça, opressão e tantos outros males na história (CIgC 8, GS 13). O pecado desestrutura a liberdade humana na sua capacidade de se relacionar com o transcendente e com seu semelhante²¹. O que causa dificuldade é a questão se esse pecado é transmitido. Nesse sentido a propagação do pecado original, permanece um mistério que não pode ser completamente compreendido (CIgC. 404). Além do mais a natureza humana não é totalmente corrompida, mas ferida. Portanto a natureza pode ser restaurada. Cabe aqui retomar Rm 5,12: Assim como o pecado veio ao mundo por meio de um único homem (Adão), a redenção veio também por um único homem (Cristo). Paulo só fala do pecado que entrou no mundo para contrapor com a graça e a salvação vinda de Cristo. E arremata: “Onde avultou o pecado, a graça superabundou” (Rm 5,20).

Segundo o Cardeal Müller, “o núcleo do pecado original consiste em que “pela desobediência de um só homem todos se fizeram pecadores” (Rm 5, 19). O pecado se esclarece na sua origem na tentação de tornar-se “como Deus”, de possuir o poder absoluto sobre o “conhecimento do bem e do mal” (Gn 3,5)²² Cabe aqui um esclarecimento sobre a interpretação de Gn 2-3 a respeito da origem do pecado.

²⁰ MÜLLER, Gerhard Ludwig. *Dogmática Católica Teoria e prática da Teologia*. Petrópolis: Vozes, 2014.

²¹ DIRSCHERL, Erwin. Pecado Original. In: BEINERT, Wolfgang; STUBENRAUCH, Bertram. *Novo Léxico da Teologia Dogmática Católica*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 375.

²² MÜLLER, 2014, p. 107.



A doutrina do monogenismo (proveniência de um homem de um único casal) foi abandonada desde o Vaticano II. Adão já não é uma figura histórica mas o símbolo da humanidade decaída. Portanto o ensinamento da Igreja se apóia na experiência existencial do mal que o ser humano está exposto na atualidade (GS 13)²³. Assim o texto de Gn 3,1-24, sobre a história do pecado de Adão e Eva é uma etiologia. Isto é uma história de uma situação existencial do tempo do autor (talvez no exílio de Babilônia, 586-538 a.) projetada para o início da criação. O autor sagrado tem intenção de responder a questão da origem do mal, do sofrimento, mediante uma linguagem simbólica de gênero sapiencial. Assim o pecado é original porque provém de uma decisão pessoal e livre do ser humano, e também originante porque produz o mal e a desgraça em toda a criação. Também a história do paraíso terrestre (Gn 2,4b-25) é uma projeção no passado de uma vida feliz e harmoniosa, que o povo sonhava ter. Mais que saudade do passado o paraíso é ideal a ser construído no futuro²⁴.

A questão maior não é a existência do pecado original, mas seu entendimento como culpa hereditária. De longa data, os estudiosos julgam difícil encontrar na Bíblia fundamentação para o pecado original entendido no processo de transmissão como culpa hereditária. E mesmo as poucas citações bíblicas são contestadas. Os dicionários teológicos recentes omitem o termo “pecado original” e trazem o verbete “pecado”. Bem antes da publicação do catecismo, ainda nos anos 60-70 alguns comentadores já contestavam o uso de certos textos bíblicos para dar sustentação ao dogma do pecado original. Eis um recorte de Scheffczyk, estudioso na época:

As afirmações do Sl 51,7 e Jó 14,4, não podem ser considerados como textos comprobatórios do pecado original hereditário. O Sl 51,7 exprime o reconhecimento existencial de uma inelutável condição pecadora de todos os homens e Jó 14,4 fala de uma implicação do homem no pecado, mas não de uma culpa herdada. Em ambos os casos, esta situação não é apresentada em relação com o ato dos primeiros pais. Tal conexão aparece apenas no período helenístico, quando nas sentenças do Eclesiástico 25,4, o pecado de Eva é apontado como a causa da morte dos homens. Do mesmo modo em Sb 2,24, a morte entendida não só como fato biológico é atribuída ao influxo do demônio. Ao passo que o pecado

²³ DIRSCHERL, 2014, p. 375.

²⁴ MESTERS, Carlos. *Paraíso Terrestre: Saudade ou Esperança*. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 27.



*de Adão relacionado em outro contexto (Sb 10,1) não é relacionado com o comum destino de morte da humanidade.*²⁵

Isso mostra que os teólogos avançam na reflexão, contrapondo-se a uma tendência ao conservadorismo diante do novo, especialmente no séc. XIX e parte do séc. XX. Devido a esse fechamento, até mesmo nos últimos tempos voltou-se para um catecismo elementar de cunho negativo em que dominava o dogma do pecado original e a angústia da salvação individual²⁶. A Igreja tenta voltar à uma catequese mais bíblica. No Brasil as diretrizes da ação pastoral da CNBB insistem na animação bíblica da pastoral e de toda Igreja. Realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Animação Bíblica da Pastoral em Goiânia (outubro de 2011). Isso segue as pegadas do ensinamento do Papa Francisco com sua insistência na missão da Igreja, discípula e missionária. Lembra o Papa que a tarefa dos exegetas e teólogos é amadurecer o juízo da Igreja e sua práxis diante dos desafios do nosso tempo (cf. *Evangelii Gaudium*, n. 40).

5.3 O dogma da Imaculada Conceição de Maria

O catecismo trata com brevidade o dogma da maternidade divina de Maria “mãe de Deus” (CIC. 495) O dogma data do Concílio de Éfeso e possui profundas raízes bíblicas (Jo 2,1; 19,25; Lc 1,43). Maria é chamada mãe de Deus 25 vezes no Novo Testamento, enquanto os outros dogmas mariológicos são contestados devido a falta de base na Sagrada Escritura²⁷. É o caso dos dogmas da Imaculada Conceição e Assunção²⁸. Escolhemos tratar do dogma da Imaculada Conceição de Maria. Foi proclamado por Pio IX em 1854, como verdade revelada, porém carece de fundamentação bíblica explícita. No catecismo o tratado

²⁵ SCHEFFCZYK, L. Pecado original. In: FRIES, Heinrich. *Dicionário de Teologia*. v. 4. São Paulo: Edições Loyola, 1970. p. 197.

²⁶ LÉCRIVAIN, Ph. Das “autoridades” ao magistério o caminho da ética. In: SESBOÛÉ, Bernard (dir.). *O homem e sua salvação: História dos dogmas*. São Paulo: Loyola, 2013.

²⁷ BINGEMER, Maria Clara. Os dogmas marianos lidos a partir dos pobres. *Grande Sinal*, ano XLII, 1988, p. 254-255.

²⁸ Segundo Bernard Sesboûé a história dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção e sua progressão “está misturada com representações ambíguas, com forte influência da literatura apócrifa. Por isso é difícil apresentar provas que foram transmitidos pela tradição primitiva da Igreja e pertencem a revelação atestada pela Escritura” SESBOÛÉ, Bernard; BOURGEOIS; TIHON, Paul. *Os Sinais da Salvação*. História dos dogmas tomo III. São Paulo: Loyola, 2013. p. 469.



da Imaculada Conceição (CIgC. 490-493) se funda bem mais no Magistério (DS 2.803; LG 56; 53) do que na Escritura, da qual se pode deduzir indiretamente no texto citado de Lc 1,28-37. Assim o Catecismo (CIgC. 491), explica: “A Igreja tomou consciência que Maria foi cumulada de graça por Deus e foi redimida desde a concepção”. “Obedecendo Maria se fez causa de salvação tanto para si como para todo gênero humano” (S. Irineu) (CIgC. 494).

É bom lembrar que os critérios para declarar uma verdade de fé, quando o dogma foi proclamado (Pio XIX-1854) não necessitava de prova explícita da Escritura. Segundo A. Serra, “O argumento bíblico, na elaboração do dogma não fica sozinho, mas é englobado pela tradição; ou melhor é introduzido onde se fala dos Padres e escritores eclesiais que interpretam a sagrada Escritura”²⁹. O mesmo se pode dizer em relação ao dogma da Assunção. A comissão que iniciou os trabalhos para a formulação do dogma aos 13 de maio de 1852³⁰ se servia desses critérios:

1. Para a definição dogmática são suficientes:

- a – Um certo número de solenes testemunhos favoráveis;
- b – Um ou mais princípios revelados que contenham a proposição,
- c – O nexos necessário dos dogmas;
- d – A pregação concorde do atual episcopado.

Com esses critérios, a Comissão procurou as provas para determinar que a doutrina da Imaculada Conceição está contida na divina revelação. Segundo as expectativas da escola franciscana, representada pelo Pe. Tonini, foram acolhidos os textos bíblicos de Gn 3,15 e Lc 1,28 como contendo a verdade da Imaculada Conceição e se reconheceu a necessária importância, ao menos no âmbito católico, de ler os textos bíblicos à luz da interpretação patrística. Considerava-se que, na Tradição se pode encontrar o necessário para uma definição dogmática. Foram então recolhidos 151 textos dos padres nos quais se falava da exclusão de Maria de todo o pecado, distinguindo os testemunhos seguros daqueles sujeitos à contestação e não claros. No final dos trabalhos os argumentos que os estudiosos julgaram reais para a proclamação do dogma, foram:

²⁹ SERRA, A. Imaculada. In: DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore (dir.). *Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 605.

³⁰ CECCHIN, Stefano M. *Maria Signora Santa Immacolata nel pensiero francescano: Per una storia del contributo francescano alla mariologia*. Pontificia Academia Mariana internazionale. Citá del Vaticano, 2001. O capítulo VI, sobre a história do dogma, faz detalhamento dos critérios aqui elencados: p. 328-330.



1. A conveniência; 2. a Escritura; 3. a Tradição; 4. a Festa litúrgica; 5 o “Sensus Fidei”³¹

Estas informações deixam claro que principalmente a Tradição e o Sensus Fidei foram suficientes para formulação do dogma, mesmo que a prova pela Escritura não fosse explícita. Os dogmas da Imaculada Conceição de Maria e da Assunção não fazem parte do ensinamento infalível da Igreja. Porém avaliando toda a tradição e história desses dogmas se pode dizer que Maria reflete as grandes afirmações da fé (cf. LG 65). Em meio às discussões teológicas da história desse dogma, e diante de tendências diversas e opostas no culto a Maria, “a mariologia conciliar aponta para um método útil na tarefa teológica da atualidade: a integração das diferenças pela rejeição dos extremos e valorização dos pontos positivos encontrados no debate acadêmico na história, e na atualidade”³².

5.4 O poder das chaves (CIgC. 981)

A metáfora do “poder das chaves”, no Catecismo, n. 981, se baseia na tradição em um sermão de Sto. Agostinho. Ele não cita o texto de Mt 16 sobre o poder das chaves dado a Pedro e o poder da Igreja de ligar e desligar (cf. Mt 16, Mt 18). Na verdade o texto de Agostinho parece interpretar Mt 16,19 como poder de remissão dos pecados pela ação do Espírito Santo. A exegese atual interpreta o ligar e desligar não precisamente no sentido do perdão dos pecados, mas no sentido jurídico. Significa declarar algo lícito ou ilícito, condenar (ligar) ou absolver (desligar). Percebe-se aqui os limites da exegese patrística no uso da metáfora das chaves. O título mais adequado no n.981 seria “poder de perdoar pecados e não poder das chaves”. Pois o catecismo reforça a reflexão sobre o perdão com Lc 24,47 que refere o anúncio do arrependimento para a remissão dos pecados e 2Cor 5,18 sobre o ministério da reconciliação confiado a Igreja. Se o ministério da reconciliação acontece pelo poder das chaves, como explica Agostinho no texto citado no catecismo (CIgC. 981), o leitor esperaria a citação bíblica de Mt 16,19 sobre o poder das chaves. Porém nem Agostinho e nem o Catecismo citaram (Mt 16,19). Parece que o catecismo quer evitar os textos sujeitos a polêmica, assim

³¹ CECCHIN, 2000, p. 330.

³² FELLER, Vitor Galdino. A mariologia conciliar. Chave para a tarefa teológica atual. *Revista de Cultura Teológica*, ano XXIX, n. 99, maio-jun. 2021, p. 78.



como evitou citar Mt 16,18-19 para fundamentar o poder do sumo-pontífice e a infalibilidade (CIgC. 880-891)³³. Mas nesse caso o uso da metáfora das chaves não parece o mais adequado aqui, nem mesmo o texto de Santo Agostinho.

5.5 A questão do Sacerdócio e Ministério das mulheres na Igreja

O Catecismo (CIgC. 1.577) retoma a Lei do Código de Direito Canônico 1.024: “Só um varão batizado pode receber validamente a ordenação sagrada”. A seguir fundamenta a afirmação no fato de Jesus ter escolhido somente homens (Mc 3,14-19; Lc 6,12-16) e os apóstolos fizeram o mesmo quando escolheram seus colaboradores (cf. 1Tm 3,1-13; 2Tm 1,6; Tt 1,5-9). Os textos são usados para afirmar que “a ordenação de mulheres não é possível” (CIgC. 1.577). No contexto eclesial da participação mais efetiva das mulheres em diversos ministérios e serviços, o Catecismo requer complementos com a reflexão dos teólogos e interpretação mais situada de certos textos bíblicos aqui mencionados. Os textos dos Evangelhos em nenhuma parte referem que as mulheres estão excluídas. Com uma abordagem canônica da Escritura constata-se que as mulheres estão envolvidas em ministérios e serviços, os mais variados no Novo Testamento.

Paulo em Rm 16,1-3 se refere a Febe como “diácona” da Igreja de Cencréia, no texto grego está no masculino “diáconos”. Isso indica que na hora de mencionar os cargos e ofícios não se fazia distinção entre homens e mulheres. Assim com os termos “estado laical” ou “leigos” são incluídos homens e mulheres. O mesmo se pode dizer em relação ao termo “diáconos” com sentido inclusivo: homem e mulher, diácono e diácona. Já o autor da primeira carta a Timóteo, no texto citado no catecismo (1Tm 3,8-13) em sua exortação aos diáconos, se dirige também às mulheres, porém evita usar o título “diácona” (1Tm 3,8-13)³⁴. A tradição dos doze

³³ Apenas uma vez é citado no rodapé, a conferir, nota CIgC. 1446. Porém não parece ser para fundamentar a infalibilidade mas a liderança no colegiado dos Bispos. Compreende-se essa posição, pois segundo Raymond Brown, pouca atenção tem sido dada a esse texto para fundamentar a autoridade da Igreja Romana. Em tempos passados a exegese patristica, a teologia medieval, incluindo S. Tomás de Aquino usaram esse texto para dar sustentação teológica a autoridade papal (Cf. BROWN, Raymond E. *Pietro nel Nuovo Testamento*. Roma: Edizioni Borla, 1988. p.102, nota 89).

³⁴ ANNE JENSEN. Diácona. In: GOSSMANN, Elisabeth *et alii* (org.). *Dicionário de Teologia Feminista*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.154. Comenta ainda a autora: “Quando o



homens se impôs na Igreja. Ao tratar do sacramento da ordem, sobre o sacerdócio, o catecismo omitiu qualquer referência ao ministério das mulheres como discípulas que seguiam, serviam, e acompanhavam com os doze (Cf. Lc 8,1-3; Mc 15,40-41). Algumas eram diáconas, apóstolas junto com seus companheiros (Rm 16,7). Foram elas acima de tudo testemunhas qualificadas da ressurreição (Mc 15,47; 16,1-8; 16,9-10), tanto que Maria Madalena foi chamada desde os primeiros séculos e pelo Papa Bento XVI “apóstola dos apóstolos”³⁵.

Estudos recentes mostram que não há argumentos bíblicos consistentes nem para negar o ministério ordenado às mulheres nem para sustentar a ordenação exclusiva de homens. Seria conveniente dar um passo adiante na doutrina, pois a práxis do ministério das mulheres existe e em vários serviços importantes. Retomando aqui o famoso argumento de Duns Scotus para aprovar o dogma da Imaculada Conceição: Se é conveniente (“*decuít*”) em vista do bem da Igreja, porque não fazê-lo? (“*ergo fecit*”!).

Algumas mudanças ocorreram no sentido de tornar mais explícita a participação das mulheres em ministérios. De acordo com o Direito Canônico cânone 230 § 1, alguns ministérios laicais, com base no Sacramento do Batismo podem ser confiados a todos os fiéis que forem idôneos, de sexo masculino ou feminino. Para isso a nova redação do cânone substituiu a palavra “varões” (os varões que tiverem a idade e aptidões....), por “leigos”. O texto modificado assim ficou redigido:

Os leigos que tiverem a idade e as aptidões determinadas com decreto pela Conferência Episcopal, podem ser assumidos estavelmente, mediante o rito litúrgico estabelecido, nos ministérios de leitores e de acólitos;

Imperador Justiniano (527-565) estabelece em quarenta o número de diáconas na maior Igreja a famosa Hagia Sophia em Constantinopla (No.3,1), ou quando ouvimos falar de diáconas influentes e de grande cultura como Olimpias (por volta de 415), a amiga de João Crisóstomo a quem o bispo escreve numerosas cartas do exílio, comparando com as perspectivas atuais, fica-nos a impressão de um ofício feminino importante” (p. 155). As diáconas instruíam os catecúmenos e executavam uma grande parte dos ritos batismais para as mulheres (cf. Didascália 16).

³⁵ É sempre a primeira a ser mencionada na lista de mulheres discípulas (cf. Mc 15,40-41.47; 16,1; Mt 27,55-56. 61. 28,1; Lc 8,1-3; 24,10). O nome “Apóstola dos Apóstolos” a Maria Madalena foi dado pela primeira vez por Hipólito de Roma (170-235), depois foi repetido por Tomás de Aquino, Antônio Vieira, Bento XVI na audiência dos bispos das Marcas em Roma aos 14-02-2007.



*no entanto, tal concessão não lhes atribui o direito ao sustento ou à remuneração por parte da Igreja.*³⁶

Portanto de acordo com essa alteração leigos e leigas podem ser assumidos estavelmente nos ministérios de leitor e acólito.

Essa mudança no Código de Direito Canônico pode incidir em possíveis acréscimos ou alterações no Catecismo em relação ao ministério das mulheres. Em favor do sacerdócio das mulheres, as mudanças são mais difíceis. A tendência conservadora é muito forte, por isso se requer mais ousadia. Escreve o teólogo Leonardo Boff: “A Igreja hierárquica não pode, dado o avanço da consciência da igualdade dos gêneros, se transformar num reduto de conservadorismo e de machismo. “Podemos dizer sem medo de errar: essa divisão entre ordenados e não ordenados (padres e leigos) não está na tradição do Jesus histórico que queria uma comunidade de iguais e todo poder como mero serviço à comunidade e não como privilégio social e até financeiro”. Tempos virão em que a Igreja romano-católica acertará seu passo com o movimento feminista rumo a uma integração do masculino e feminino. Os tempos estão maduros para esse salto de qualidade”³⁷. O próprio Papa Bento XVI em entrevista de rádio em 2005 mostrou-se aberto e favorável a essas mudanças: “Creio que as próprias mulheres com seu impulso e sua força, sua superioridade e com seu potencial espiritual saberão criar o seu espaço. Nós devemos procurar a pôr-nos na escuta de Deus, para que não sejamos nós que as impediremos” (Bento XVI, 5, VIII, 2006).

5.6. A defesa da Vida: “Não matarás”.

Há uma ênfase na ordem “não matarás”, tanto em textos do Antigo como do Novo Testamento (Ex 20,13; Mt 5,21): “Não matarás nem o inocente nem o justo” (Ex 23,7) (CIGC. n. 2.259-2.262). Especialmente no Sermão da Montanha são citados textos que proíbem vingança e areação com uso da violência. Além do mais a nova lei ordena de amar os inimigos e fazer o bem aqueles que nos odeiam (cf. Mt 5,22-26.38-39;

³⁶ FRANCISCO. *Motu próprio Spiritus Domini*. São Paulo: Paulinas: 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210110_spiritus-domini.html. Acesso em: 8 jan. 2023.

³⁷ BOFF, Leonardo. *O Sacerdócio Feminino*. Publicado no site: “A terra redonda” em 21 dez. 2022. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox/FMfcgZGrblfMFMbsCQxLtXdhPLDqmvCQ?projector=1&messagePartId=0.2>. Acesso em: 30 dez. 2022.



Mt 5,44; Mt 26,52). O Antigo Testamento é pouco citado em relação ao direito do réu em defender-se, e se manter vivo. O mandamento do amor (Lv 19,18) que proíbe guardar rancor não foi lembrado (cf. CIgC. n. 2.262). Ele aparece discretamente em nota (CIgC. n. 2.055). Na narração do assassinato de Abel (CIgC. n. 2.259) não foi lembrado que Caim teve chance de continuar vivo e lhe foi respeitado o direito de se defender e proteger sua vida (Gn 4,15).

No Antigo Testamento o direito à vida se estende ao ser humano e aos outros seres vivos. A respeito da possibilidade da pena de morte (CIgC. 2.267), não há fundamentação bíblico-teológica consistente. Não é mencionado que no Antigo Testamento o próprio criminoso tinha direito a proteção, como no caso de Caim. Ele é marcado para viver (Gn 4,15). A narrativa revela uma postura contra a violência institucionalizada e até mesmo regularizada naquela época pela lei do talião. “Quem matar Caim será vingado sete vezes”³⁸ O autor está dizendo que é preciso parar com a violência. Em nosso tempo cresceu a consciência do bem supremo da vida, da dignidade do ser humano. Por esse motivo o Papa Francisco modificou o texto do Catecismo (CIgC. 2.267) que admitia a possibilidade clara da pena de morte. Assim rezava o texto:

A doutrina tradicional da igreja, desde que não haja a mínima dúvida acerca da identidade da responsabilidade do culpado, não exclui o recurso à pena de morte, se for esta a única solução possível para defender eficazmente vidas humanas de um injusto agressor.

O novo texto exclui definitivamente a pena de morte. A mudança se justifica na intenção de atualizar a doutrina à luz de novos tempos e conhecimentos trazidos pelas ciências humanas. Assim foi formulado o novo texto:

Hoje vai se tornando cada vez mais viva a consciência de que a dignidade da pessoa não se perde, mesmo depois de ter cometido crimes gravíssimos. Além disso, difundiu-se uma nova compreensão do sentido das sanções penais por parte do Estado. Por fim, foram desenvolvidos sistemas de detenção mais eficazes, que garantem a indispensável defesa dos cidadãos sem, ao mesmo tempo, tirar definitivamente ao réu a possibilidade de ser redimir.

³⁸ ARTUSO, Vicente. A misericórdia de geração em geração no livro do Gênesis. In: ROSSI, Luiz Alexandre Solano (org.). *Teologias do Antigo Testamento*: Liberdade, Justiça e solidariedade. São Paulo: Fonte Editorial, 2019. p. 76-77.



Por isso a Igreja ensina à luz do Evangelho que a pena de morte é inadmissível, porque atenta contra a inviolabilidade e dignidade da pessoa humana. Se avançarmos na reflexão, mesmo no Antigo Testamento, a própria narrativa do dilúvio desautoriza a violência por meio da promessa de que nunca mais haverá dilúvio ou destruição (Gn 8,21; 9,11). O motivo: “o coração humano tende ao mal desde sua adolescência”. Portanto não é destruindo o pecador que se elimina o pecado. A violência em qualquer caso gera outra violência e deve ser evitada. A legislação era dura para coibir os crimes. Lamec, porque matou uma criança por um ferimento será vingado setenta e sete vezes (Gn 4,24). A lei do Talião visa evitar esse exagero! No sermão da montanha (Mt 5-7) até mesmo a lei do talião, do olho por olho e dente por dente, foi abolida por Jesus (Mt 5,21). Ele pregou o perdão pleno aos inimigos. O perdão setenta vezes sete (cf. Mt 18,22-23), é o antídoto à violência que se multiplica pela vingança (Gn 4,24). Portanto a modificação do catecismo com a abolição da possibilidade da pena de morte revela a consciência atual mais acurada da dignidade e inviolabilidade da vida humana.

O catecismo em outra parte (CIgC. n. 982) afirma que “não há pecado algum, por mais grave que seja que a Igreja não possa perdoar”. Portanto o assassino deve ter chance de manter-se vivo. Havia até mesmo as cidades de refúgio (Nm 35,9-15; Dt 19,1-3) onde o assassino involuntário se protegia do vingador de sangue. Portanto o Antigo Testamento contém legislação em defesa da vida e que se completam com o Novo Testamento. Nota-se uma evolução, de uma cultura de violência que admitia a pena de morte, para uma cultura de defesa gradativa da vida. Essas intervenções e mudanças no catecismo se baseiam no valor absoluto da vida humana inviolável.

Conclusão

1 – O Catecismo destaca o valor da Sagrada Escritura como fonte da doutrina e alma da teologia. Em relação ao Catecismo Romano, o Novo Catecismo atualizou a doutrina e deu destaque a dimensão histórica da revelação com base na Dei Verbum. Seguindo as orientações dos documentos conciliares, a doutrina é apresentada numa dimensão existencial que conduz a experiência da fé e o encontro com Cristo. Celebra-se o que o cristão crê. Especialmente na liturgia a fé é confessada no mistério cristão. A Sagrada Escritura, a Sagrada Tradição, ambas contêm a Palavra



de Deus e por isso a Sagrada Escritura não é regra única, embora seja regra máxima.

2 – A abordagem da Escritura é teológica na dinâmica da revelação histórica e progressiva até a plenitude com Cristo (Hb 1,1-3). Assim para os cristãos a Bíblia é Palavra de Deus em palavras humanas, porque foi escrita sob moção do Espírito Santo para nossa instrução (DV). A tradição apostólica transmite o sagrado depósito, ajuda a interpretar. Porém a Bíblia foi interpretada pelos Padres da Igreja e Concílios, com os recursos e métodos da época. É evidente que na história da composição dos catecismos a teologia bíblica não fosse elaborada de forma crítica e mesmo progressiva. É necessário buscar o sentido literal dos textos bíblicos e sua mensagem com o auxílio de métodos modernos. Porém o sentido literal não está separado do sentido espiritual para a vida da comunidade de fé. Por isso se requer ler a Escritura com o mesmo espírito com que os autores sagrados escreveram, para que a Escritura seja a alma da teologia e sustentáculo da Igreja. Uma vez que o Catecismo pretende ser um guia para outros catecismos, cabe a estes catecismos mais adaptados ao lugar, sugerir metodologia apropriada em vista do povo ler e entender.

3 – Diante da evolução da reflexão bíblica e teológica, em alguns detalhes o catecismo recebeu complementos, correções. O papel da reflexão teológica é oferecer novo suporte a doutrina com utilização de meios modernos de interpretação da Escritura. A Tradição também é importante, pois ajuda a esclarecer a Escritura no processo de sua transmissão. Algumas tradições podem ser revistas, pois já não respondem a realidade atual. O fato de o catecismo ser um guia para formulação de outros catecismos abre espaço para as Igrejas aprofundarem o ensino.

4 – A citação de alguns textos e sua adequação, em algumas partes é bastante controversa. É o caso das citações para sustentar “a descida a mansão dos mortos” no símbolo apostólico. Outras vezes percebe-se a força da tradição, e o senso da fé dos cristãos, mais do que a Escritura. É o caso da fundamentação dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção de Maria aos céus, que não encontram base bíblica explícita. Os critérios para a proclamação do dogma na época não incluíam necessariamente fundamentação bíblica explícita. Ademais não se adotavam ainda os métodos histórico críticos de interpretação, ficando patente a necessidade de renovação do catecismo ao longo da história. A renovação do catecismo e suas re-edições torna-o atualizado e acessível aos fiéis.



Nesse sentido continua ser uma referência e compêndio fundamental da fé cristã. O novo catecismo da Igreja Católica, como também outros catecismos do passado explicam o que o cristão precisa crer (o Creio), o que praticar (os mandamentos) o que rezar (o Pai Nosso) o celebrar (os Sacramentos) o que esperar (a vida eterna, escatologia).

Referências

ARTUSO, Vicente. A Bíblia e o Catecismo da Igreja Católica. *In*: FERREIRA, Antonio Luiz Catelan (org.). *Os 20 anos do Catecismo da Igreja Católica e o Ano da Fé*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

ARTUSO, Vicente; KLEIN, Carlos Jeremias. Os catecismos de Lutero e o uso da Escritura. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, PUC – Minas, 2017, v. 15, p. 206-238.

ARTUSO, Vicente. A misericórdia de geração em geração no livro do Gênesis. *In*: ROSSI, Luiz Alexandre Solano (org.). *Teologias do Antigo Testamento: Liberdade, Justiça e solidariedade*. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.

BARTMANN, Bernardo. *Teologia Dogmática*. Revelação e Fé, Deus, a Criação. São Paulo: Loyola: Paulinas, 1962.

BENTO XVI. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2010.

BROWN, Raymond E. *Pietro nel Nuovo Testamento*. Roma: Edizioni Borla, 1988.

BINGEMER, Maria Clara. Os dogmas marianos lidos a partir dos pobres. *Vozes, Grande Sinal*, ano XLII, 1988, p. 254-255.

CECCHIN, Stefano M. *Maria Signora Santa Immacolata nel pensiero franciscano: Per una storia del contributo franciscano alla mariologia*. Pontificia Academia Mariana Internationale. Città del Vaticano, 2001.

CATECISMO da Igreja Católica. Edição Revisada de Acordo com o texto oficial em Latim. São Paulo: Paulus: Vozes: Loyola: Ave Maria, 1998.

CATECISMO Romano. Petrópolis: Vozes, 1962.

COMPENDIO do Vaticano II. *Constituições, decretos, declarações*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1968.



DIRSCHERL, Erwin. Pecado Original. In: BEINERT, Wolfgang; STUBENRAUCH, Bertram. *Novo Léxico da Teologia Dogmática Católica*, Petrópolis: Vozes, 2014.

DE VIRGILIO, Giuseppe. *Teologia bíblica del Nuovo Testamento*. Padova: Edizioni Messaggero, 2016.

FELLER, Vitor Galdino. A mariologia conciliar. Chave para a tarefa teológica atual. *Revista de Cultura Teológica*, Ano XXIX, n. 99, maio-jun. 2021.

FITZMEYER, Joseph. *Escritura a Alma da Teologia*. São Paulo: Loyola, 1997.

JENSEN, Anne. Diácona. In: GOSSMANN, Elisabeth *et alii* (org.). *Dicionário de Teologia Feminista*, Petrópolis: Vozes, 1997.

HASEL, G. *Teologia do Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Academia Cristã, 2003.

LEONARDO BOFF. *O Sacerdócio Feminino*. Publicado no site: “A terra redonda” em 21 dez. 2022. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox/FMfcgzGrblfMFMbsCQxLtXdhPLDqmvCQ?projector=1&messagePartId=0.2>. Acesso em: 30 dez. 2022.

LIVRO de Concórdia. *As confissões da Igreja Evangélica Luterana*. Tradução de Arnaldo Schüler. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Editora Concórdia, 1980.

MESTERS, Carlos. *Paraíso Terrestre: Saudade ou Esperança*. Petrópolis: Vozes, 1970.

MÜLLER, Gerhard Ludwig. *Dogmática Católica Teoria e prática da Teologia*. Petrópolis: Vozes, 2014.

NAVARRO, Luis Sanchez. La Escritura y el compendio del Catecismo de la Iglesia Católica. *Teologia y Catequesis*. Facultad de Teologia San Damaso, Madrid, 2006, n. 99, p. 11-24.

ROMER, Thomas. *A origem de Javé: O Deus de Israel e seu nome*. São Paulo: Paulus, 2016.

SESBOÛÉ, Bernard. História dos Dogmas, tomo. II, *O Homem e sua Salvação*, São Paulo: Loyola, 2003.

SESBOÛÉ, Bernard. História dos dogmas, tomo III. *Os Sinais da Salvação*. São Paulo: Loyola, 2005.



SCHNEIDER, Theodor. *Manual de dogmática*. vol. 1, Vozes 2000.

SCHEFFCZYK, L. Pecado original. In: FRIES, Heinrich. *Dicionário de Teologia*. vol. 4, São Paulo: Edições Loyola, 1970.

SERRA, A. Imaculada. In: DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore (dir.). *Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995.

SOBRE o Sacerdócio. (E-mail) <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox/FMfcgzGrblfMFMbsCQxLtXdhPLDqmvCQ?projector=1&messagePartId=0.2>. Sobre o sacerdócio. Acesso em: 30 dez. 2022.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BIBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1994.